

ESTUDOS DE DIREITO DESENVOLVIMENTO E NOVAS TECNOLOGIAS

Fábio da Silva Veiga
Denise Pires Fincato
(diretores)

Rubén Miranda Gonçalves
Paulo de Brito
(coordenadores)



IBEROJUR



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Os editores não são responsáveis pelas opiniões, comentários e manifestações contidas nos textos dos respectivos autores. A presente obra expõe exclusivamente a opinião de cada autor como manifestação do seu direito à liberdade de expressão e ao padrão académico-científico definido pelo parâmetro de revisão do Comité Científico. Os editores se opõem expressamente a qualquer das páginas desta obra ou partes da mesma nas quais sejam utilizados resumos ou textos jornalísticos. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação desta obra só pode ser realizada mediante autorização de seus titulares, salvo exceção prevista na lei. Portanto, este livro não poderá ser reproduzido de forma integral sem a autorização prévia dos editores. Os autores dos capítulos ficam autorizados à reprodução e indexação na forma eletrónica sem fins comerciais, fazendo-se menção de que os respectivos textos pertencem à integralidade do livro, desde que citados os editores e demais informações da obra. Quaisquer outras formas de cessão do uso da obra, sem a autorização prévia, por escrito, dos titulares do copyright, são consideradas proibidas.

Ficha Técnica

© 2020 [Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos / Fábio da Silva Veiga]

© Capa: Talita Correa Gomes Cardim

Título: Estudos de Direito, Desenvolvimento e Novas Tecnologias;

Editores: Fábio da Silva Veiga e Denise Pires Fincato

Diagramação: Sandro Glasenapp Moraes e Guilherme Schoeninger Vieira

[Autores vários]

[Suporte: Eletrónico];[Formato: PDF / PDF/A]

ISBN: 978-989-33-0478-5

1a edição: Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos

Rua de Ceuta, 118, 1 andar, sala 1.

Porto – Portugal - 4050-190

Co-edição: Universidade Lusófona do Porto



Comité Científico



António Tirso Ester Sánchez (Universidad de Las Palmas de Gran Canaria)
Armando Luiz Rovai (Universidade Presbiteriana Mackenzie/PUC-SP)
Catherine Maia (Universidade Lusófona do Porto)
Denise Fincato (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)
Érica Guerra da Silva (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
Fábio da Silva Veiga (Universidad de Almería)
Gianpaolo Poggio Smanio (Universidade Presbiteriana Mackenzie)
Gilberto Atencio Valladares (Universidad de Salamanca)
Gilberto Sturmer (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)
Guilherme Wunsch (Unisinos)
Jaime Aneiros Pereira (Universidad de Vigo)
João Proença Xavier (Universidad de Salamanca)
Jorge Bacelar Gouveia (Universidad Nova de Lisboa)
José Julio Fernández Rodríguez (Universidad de Santiago de Compostela)
Laura Miraut Martín (Universidad de Las Palmas de Gran Canaria)
Lígia Abreu (Universidade Lusófona do Porto)
Lorenzo Bujosa Vadell (Universidad de Salamanca)
Luciana Aboim Machado (Universidade Federal de Sergipe)
Marcos Augusto Perez (Universidade de São Paulo)
Maria de Fátima Ribeiro (Universidade de Marília)
Paulo de Brito (Universidade Lusófona do Porto)
Rodrigo Pagani de Souza (Universidade de São Paulo)
Rubén Miranda Gonçalves (Universidad de Santiago de Compostela)
Rui de Albuquerque (Universidade Lusófona do Porto)
Thais Cárnio (Universidade Presbiteriana Mackenzie)
Valter Moura do Carmo (Universidade de Marília)
Wilson Engelmann (Unisinos/JusNano)
Zélia Luiza Pierdoná (Universidade Presbiteriana Mackenzie)

ÍNDICE

CAPÍTULO I

- La tecnologia nella gestione della previdenza pubblica: telematizzazione degli archivi contributivi e diritti individuali dei lavoratori* 9**
DAVIDE CASALE

CAPÍTULO II

- Teletrabalho na reforma trabalhista brasileira* 24**
DENISE FINCATO

CAPÍTULO III

- Tecnologie digitali e servizi pubblici per il lavoro: l'esperienza italiana* 40**
ANNA MONTANARI

CAPÍTULO IV

- Il lavoro agile nell'ordinamento italiano come strumento di conciliazione dei tempi di vita-lavoro e di incremento della competitività nell'impresa e nella pubblica amministrazione.* 52**
ALESSANDRO BOSCATI

CAPÍTULO V

- A criação de valor da empresa socialmente responsável na perspectiva jurídica do interesse social* 80**
FÁBIO DA SILVA VEIGA

CAPÍTULO VI

- A ciência estatística e sua repercussão no nexo causal da responsabilidade civil: levando a sério a probabilidade*..... 88**
EUGÊNIO FACCHINI NETO

CAPÍTULO VII

- Qualche considerazione sulla disciplina del lavoro agile* 102**
MARIA GIOVANNA GRECO

CAPÍTULO VIII

- Desafios na tributação sobre o consumo e sustentabilidade*..... 114**
MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO & JOANA D'ARC DIAS MARTINS

CAPÍTULO IX

- O regime jurídico do teletrabalho em Portugal*..... 130**
MÁRIO SIMÕES BARATA

CAPÍTULO X

***Sviluppo sostenibile: l'evoluzione giuridica di un concetto mai definito*..... 138**
STEFANIA PEDRABISSI

CAPÍTULO XI

***A relação entre as smart cities e os objetivos do desenvolvimento sustentável: uma análise comparativa entre o plano nacional espanhol de cidades inteligentes e os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU*..... 150**
DIOGO LUIZ CHAGAS SANTOS & VIVIAN RODRIGUES MADEIRA DA COSTA

CAPÍTULO XII

***Tecnologia, mercado del lavoro e servizi per l'impiego. Riflessioni sui possibili scenari delle politiche per l'occupazione ai tempi dell'e-recruitment* 158**
SUSANNA PALLADINI

CAPÍTULO XIII

***Reflexões sobre a tributação de startups a partir da lei complementar 167/2019 e os impactos no desenvolvimento econômico nacional*..... 176**
MARIA DAS GRAÇAS MACENA DIAS DE OLIVEIRA & MARCELA MOURA CASTRO JACOB

CAPÍTULO XIV

***A defesa da vida e da integridade do ser humano: aspectos referentes à bioética na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*..... 188**
VIVIAN RODRIGUES MADEIRA DA COSTA & YASMIN RODRIGUES MADEIRA DA COSTA

CAPÍTULO XV

***Os transplantes jurídicos: uma análise na perspectiva da interligação entre o Direito e as inovações tecnológicas*..... 204**
BRUNA LIETZ

CAPÍTULO XVI

***Da regulamentação das criptomoedas no Brasil*..... 216**
GABRIELA AMORIM PAVIANI & EZEQUIEL ANDERSON JUNIOR

CAPÍTULO XVII

***Uso de algoritmos e infrações concorrenciais: o big data e o abuso de posição dominante da google no brasil*..... 224**
RAFAEL RODRIGUES SOARES & DANILO IKEDA CAETANO

CAPÍTULO XVIII

***De smart cities a smart universities: o papel das Universidades para a construção de cidades e comunidades sustentáveis*..... 238**
LIANE MARIA SANTIAGO CAVALCANTE ARAÚJO & MÔNICA MOTA TASSIGNY

CAPÍTULO XIX

***Ética, sustentabilidade e desenvolvimento empresarial* 253**
MARIA CLÁUDIA DA SILVA ANTUNES DE SOUZA & JOSEMAR SOARES

CAPÍTULO XX

***Um paralelo entre democracia e desenvolvimento* 263**
GEILSON NUNES & JEFFERSON APARECIDO DIAS

CAPÍTULO XXI

***A influência dos vieses cognitivos na tomada de decisão pela inteligência artificial: um estudo baseado nas evidências do caso norte-americano – COMPAS*..... 279**
LUANA STEFFENS

CAPÍTULO XXII

***Agrotóxicos, tecnologia e qualidade da água* 295**
MARIA CLÁUDIA DA SILVA ANTUNES DE SOUZA & NELSON ALEX LORENZ

CAPÍTULO XXIII

***Tecnologia, Compliance e Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior no Brasil: O uso de plataforma digital e de métodos de compliance como forma de aprimoramento da efetividade da extensão universitária.* 313**
MÔNICA MOTA TASSIGNY & JOSÉ DIEGO MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA

CAPÍTULO XXIV

***O Quarto Setor e os Novos Paradigmas da Ética Empresarial e da Função Social da Empresa*..... 324**
CAROLINA RODRIGUES MADEIRA DA COSTA

CAPÍTULO XXV

***Função social e função solidária da empresa e a sua responsabilidade social com a publicidade* 332**
ANGELA APARECIDA OLIVEIRA SOUSA & VALTER MOURA DO CARMO

CAPÍTULO XXVI

***O desafio da proteção do consumidor na era digital*..... 350**
PAULO ROBERTO MEYER PINHEIRO & PATRÍCIA PINTO ALVES

CAPÍTULO XXVII

***Imunidades tributárias e o princípio da segurança jurídica*..... 370**
MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO & ANGELA APARECIDA OLIVEIRA SOUSA

CAPÍTULO XXVIII

A lei geral de proteção de dados pessoais como salvaguarda da função social da empresa

..... 386
PAULO ARTHUR GERMANO RIGAMONTE & DANIEL BARILE DA SILVEIRA

CAPÍTULO XXIX

*Responsabilidade civil prospectiva e desenvolvimento rural sustentável: a potencialidade de
riscos e o dano “nanotech” na agricultura* 404

ELIZÂNGELA TREMÉA & ESTELA MARIA TREMÉA

CAPÍTULO I

La tecnologia nella gestione della previdenza pubblica: telematizzazione degli archivi contributivi e diritti individuali dei lavoratori

DAVIDE CASALE *

Università di Bologna, Italia

1. Il diritto del lavoratore alle informazioni sulla sua posizione contributiva.

Nell'ordinamento giuridico italiano, la materia pensionistica è stata uno dei casi di obbligatoria motivazione delle decisioni della p.a. stabiliti espressamente sin dagli anni Venti, per l'evenienza di rigetto¹. Già un secolo fa, in questa materia l'informazione era intesa non come una libera concessione da parte dell'amministrazione pubblica, bensì come una prerogativa spettante al cittadino-lavoratore.

La disciplina previdenziale ha fatto da apripista per diversi degli sviluppi in tema di limitazioni ordinamentali all'autorità pubblica. Ancor prima dell'avvento della generale legge organica sul procedimento amministrativo n. 241/1990, alla fine degli anni Ottanta dello scorso secolo il legislatore aveva introdotto uno speciale diritto di «accesso dei cittadini ai dati personali, previdenziali e pensionistici»: così si esprime la rubrica dell'art. 54 della l. n. 88/1989. Il comma 1 di tale articolo infatti stabilisce che «è fatto obbligo» agli enti previdenziali di comunicare a richiesta dell'interessato i dati relativi alla «propria situazione previdenziale e

* Professore associato di Diritto del lavoro, Dipartimento di Scienze giuridiche dell'Università di Bologna/Italia.
E-mail: davide.casale@unibo.it

¹ Cfr. l'art. 78, comma 3, del regolamento emanato con r.d. 28 agosto 1924, n. 1422, in attuazione del r.d. 30 dicembre 1923, n. 3184: comma in base al quale nel caso in cui la domanda di pensione «non possa essere accolta, l'istituto ne dà avviso all'interessato, specificandone i motivi, con notificazione del messo comunale o mediante lettera raccomandata con ricevuta» di ritorno. Nell'ordinamento italiano, il generale obbligo di motivazione è stato introdotto con la riforma ex l. n. 241/1990, all'esito di un lungo percorso legislativo e giurisprudenziale che, muovendo dalle norme dettate per singoli procedimenti (es. comparativi, disciplinari, espropriativi), ha valorizzato il rilievo democratico e al contempo di buon andamento di tale regola. Come è stato osservato, a seguito della fondamentale riforma del 1990, il dibattito si è spostato dal *se* al *come* motivare: ROMANO TASSONE A., *Motivazione nel diritto amministrativo*, in *Digesto, Pub.*, Utet, Torino, XIII, 1997, 684.

pensionistica»². Il medesimo comma precisa che questa comunicazione «ha valore certificativo della situazione in essa descritta».

Il fatto che, da oltre un quarto di secolo, il legislatore abbia sentito l'esigenza di stabilire questo speciale diritto di accesso conferma che l'esatta affidabilità di questi dati, in particolare la posizione contributiva, è riconoscibile, di per sé, come un bene della vita di rango primario delle persone che lavorano³. Tant'è che di questa norma risulta nei repertori un'intensa applicazione giurisprudenziale⁴.

Proprio con riguardo al diritto del lavoratore all'informazione, si rinviene nella legislazione di poco successiva un espresso riferimento alla nozione di posizione contributiva. L'art. 1, comma 6, della riforma Dini l. n. 335/1995 stabilisce che ad ogni assicurato deve (o meglio, dovrebbe⁵) essere «inviato, con cadenza annuale, un estratto conto che indichi le contribuzioni effettuate, la progressione del montante contributivo e le notizie relative alla posizione assicurativa», nonché l'ammontare dei redditi di lavoro dipendente con le relative ritenute indicati nelle dichiarazioni dei sostituti d'imposta. Con questa prescrizione, il legislatore ha raggiunto la chiusura del cerchio, *recte* del triangolo informativo tra datore, ente

² Sul significato da attribuire a questa coppia di aggettivi si interrogò subito la dottrina, per giungere a ritenere che risultava difficile e forse inutile tentare di distinguere lo scopo dell'attributo «pensionistica» rispetto a quello di «previdenziale», in quanto la maggiore latitudine di quest'ultimo non può che comprendere l'altro: v. in particolare VIANELLO R., *Omissione contributiva e tutela del prestatore di lavoro*, in *Quaderni Dir. Lav. Relazioni Ind.*, 1992, n. 11, 240.

³ Più in generale, per un inquadramento del tema dell'informazione nel rapporto lavorativo v. GRAGNOLI E., *L'informazione nel rapporto di lavoro*, Giappichelli, Torino, 1996, *passim*.

⁴ Es. Cass. 15 novembre 2017, n. 27118; Cass. 27 gennaio 2014, n. 1659; Cass. 16 gennaio 2012, n. 448; Cass. 10 febbraio 2010, n. 3023; Cass. 10 novembre 2008, n. 26925; Cass. 15 giugno 2005, n. 12823; Cass. 17 agosto 2004, n. 16044; Cass. 24 aprile 2004, n. 7859, in *Dir. Giust.*, fasc. 20, 2004, 42, con commento di SGROI A., *L'attività di certificazione e la responsabilità dell'Inps*, e in *Dir. Rel. Ind.*, 2005, 2, 479, con commento di RAUSEI P., *Comunicazione erronea dell'Inps e risarcimento danni*; Cass. 17 dicembre 2003, n. 19340; Cass. 24 gennaio 2003, n. 1104; Cass. 8 aprile 2002, n. 5002; Cass. 22 maggio 2001, n. 6995; Cass. 19 maggio 2001, n. 6867; Cass. 18 novembre 2000, n. 14953; Cass. 8 novembre 1996, n. 9776, reperibili in *Leggi d'Italia On Line*. La rilevanza della disposizione fu subito sottolineata in dottrina: v. BOER P., sub *Art. 54*, in PERSIANI M. (a cura di), *Commentario della l. n. 88/1989*, in *Nuove Leggi Civ. Com.*, 1990, 786.

⁵ Un meccanismo di comunicazione annuale è incluso negli adempimenti fiscali a carico dei sostituti d'imposta. Invece, una vera e propria informativa analitica, ossia la cosiddetta busta arancione è stata recapitata per la prima volta solo nel 2016 ad un ampio contingente di lavoratori, ma non di tutte le categorie. Questa sperimentazione infatti ha riguardato solo alcuni enti previdenziali, in particolare l'Inps, e comunque non ha potuto coinvolgere alcune delle gestioni previdenziali relative ai dipendenti pubblici. Non a caso, per taluni di essi non è ancora completato il servizio di consultazione telematica dell'estratto conto contributivo. Quest'ultimo invece è attivo per i dipendenti del settore privato, i lavoratori autonomi, gli iscritti alla gestione separata, gli iscritti al fondo clero, i lavoratori dello spettacolo e gli sportivi professionisti, oltre che per diverse categorie di professionisti (es. giornalisti) nell'ambito della disciplina delle rispettive casse previdenziali professionali.

e lavoratore. Già dagli anni Settanta difatti sussistevano obblighi d'informazione del datore all'ente previdenziale⁶ ed al lavoratore⁷.

2. La graduale informatizzazione degli archivi previdenziali italiani.

L'estratto conto contributivo annuale di cui alla riforma Dini è poi confluito tra le funzioni del casellario centrale delle «posizioni previdenziali attive», istituito dall'art. 1 della riforma Maroni l. n. 243/2004. Oltre che permettere l'informazione del lavoratore sulla sua posizione, il casellario ha un altro fondamentale compito, che consiste nell'offrire la base per calcolare la pensione alla luce «della storia contributiva dell'assicurato che, avendone maturato il diritto, chiede, in base alle norme che lo consentono, la certificazione dei diritti acquisiti o presenta domanda» di pensionamento. L'art. 1, commi 23 ss., della riforma Maroni dettaglia, già a livello di fonte primaria, il contenuto del casellario⁸.

Pur se tardiva e lenta, l'opera di catalogazione dei dati del sistema di protezione sociale è avviata ormai da decenni. Sin da prima delle riforme Dini e Maroni, le amministrazioni del sistema previdenziale ovviamente disponevano già di banche dati per la propria attività. Si trattava tuttavia di raccolte meno complete e meno informatizzate, le quali non erano una risorsa unificata condivisa tra tutti gli organismi gestori di forme di previdenza e assistenza obbligatorie.

⁶ Sull'obbligo datoriale di consegnare all'ente previdenziale le denunce contributive, sanzionato in via amministrativa, v. l'art. 30 della l. n. 843/1978.

⁷ Sulla comunicazione annuale obbligatoria dei prospetti contributivi al lavoratore, v. l'art. 4 del d.l. n. 352/1978, convertito con l. n. 467/1978; e analogamente già l'art. 38, commi 2-4, della l. n. 153/1969.

⁸ A questo casellario compete la «raccolta, la conservazione e la gestione dei dati e di altre informazioni relativi ai lavoratori» iscritti a qualunque regime obbligatorio di previdenza, anche se gestito da soggetti di natura privata, o a qualunque regime facoltativo di previdenza gestito da enti pubblici. I predetti commi, nell'imporre ai vari enti l'obbligo di conferimento dei dati, menzionano in via esemplificativa, in primo luogo, l'assicurazione generale obbligatoria per l'invalidità, la vecchiaia e i superstiti dei dipendenti «anche con riferimento ai periodi di fruizione di trattamenti di disoccupazione o di altre indennità o sussidi che prevedano una contribuzione figurativa»; in secondo luogo, menzionano i regimi obbligatori di previdenza sostitutivi dell'assicurazione generale obbligatoria per l'invalidità, la vecchiaia e i superstiti o che ne comportino comunque l'esclusione o l'esonero; in terzo luogo, i regimi pensionistici obbligatori dei liberi professionisti e dei lavoratori autonomi, compresa la quarta gestione separata istituita dalla legge Dini nel 1995. Nel medesimo casellario debbono essere inseriti pure i dati in possesso delle «istituzioni, pubbliche o private, che accertino uno stato di invalidità o di disabilità o che erogino trattamenti pensionistici» al medesimo titolo, nonché i dati del Ministero dell'interno relativi ai permessi di soggiorno rilasciati ai cittadini extracomunitari.

Già dagli anni Settanta dello scorso secolo, era stato istituito un «casellario centrale dei pensionati», complementare quindi a quello delle posizioni attive sopravvenuto nel 2004¹⁰. Dal 2010 è stato creato presso l'Istituto Nazionale di Previdenza Sociale (Inps) anche un «casellario dell'assistenza» per la (ad oggi solo parziale¹¹) raccolta e gestione di un'ampia gamma di dati, anche reddituali, relativi ai soggetti aventi titolo alle prestazioni di natura assistenziale¹². La legge Fornero del 2012 ha imposto l'interscambio di informazioni tra Inps e centri per l'impiego, mediante un archivio telematico contenente i dati individuali dei beneficiari di ammortizzatori sociali¹³; e l'anno successivo il decreto Letta¹⁴ ha istituito una banca dati «delle politiche attive e passive», poi collegata con la banca dati «del collocamento mirato» istituita con l'attuazione del Jobs Act del 2015¹⁵.

Questo generale impegno legislativo ed amministrativo nella raccolta dei dati di tutti gli interessati al sistema di protezione sociale è stato peraltro convergente con il coevo rafforzamento degli obblighi legali in capo ai datori di comunicare le assunzioni, variazioni e cessazioni di ogni rapporto di lavoro e di collaborazione coordinata. Non a caso i menzionati commi della riforma Maroni del 2004 impongono che il casellario delle posizioni attive comprenda anche tali dati, il cui novero peraltro continua ad accrescersi¹⁶. Tutto ciò converge verso quello che oggi è stato denominato sistema «informativo unitario delle politiche del lavoro», di cui all'art. 13 del d.lgs. n. 150/2015.

⁹ In attuazione dell'art. 35, lett. *f*, della l. n. 153/1969, cfr. il d.p.r. n. 1388/1971, in *Gazz. Uff.*, 27 marzo 1972, n. 82. Le funzioni del casellario pensionati sono successivamente state estese e rafforzate in particolare dall'art. 3 del d.l. n. 352/1978, convertito con l. n. 467/1978.

¹⁰ Il decreto attuativo di questo aspetto della riforma fu approvato nell'anno successivo: d.m. 4 febbraio 2005 del Ministero del lavoro, Istituzione del Casellario centrale delle posizioni previdenziali attive, presso l'Istituto nazionale della previdenza sociale, in *Gazz. Uff.*, 29 marzo 2005, n. 72.

¹¹ Ad oggi manca ancora una vera e propria anagrafe delle prestazioni assistenziali e dei percettori. Sono peraltro noti da tempo i problemi derivanti dalla frammentazione delle competenze normative e soprattutto amministrative in tema di assistenza sociale, da cui deriva una sorta di «municipalismo anarchico», v. SARACENO C., *I livelli essenziali di assistenza nell'assetto federale italiano*, RefRicerche, Milano, 2005, www.ref-online.it (la citazione è a pag. 9).

¹² Art. 13 del d.l. n. 78/2010, convertito con l. n. 122/2010.

¹³ Art. 4, commi 35 ss., della l. n. 92/2012, ove si precisa il contenuto della banca dati, ossia: i dati anagrafici di ciascun lavoratore, quelli di residenza e domicilio, e i dati essenziali relativi al tipo di ammortizzatore sociale di cui beneficia, i dati essenziali concernenti le azioni di politica attiva svolte nei confronti dei beneficiari di ammortizzatori sociali, la dichiarazione di disponibilità all'impiego, le informazioni di propria competenza necessarie per il riconoscimento degli incentivi all'assunzione, etc.

¹⁴ Cfr. l'art. 8 del d.l. n. 76/2013, convertito con l. n. 99/2013.

¹⁵ Cfr. l'art. 9, comma 6 *bis*, della l. n. 68/1999, comma introdotto dalla lettera *b* del comma 1 dell'art. 8 del d.lgs. n. 151/2015.

¹⁶ V. la comunicazione obbligatoria preventiva di distacco da altro Stato, di cui all'art. 10, comma 1, del d.lgs. n. 136/2016. Un ulteriore tassello dell'opera di raccolta dei dati su tutti i rapporti lavorativi subordinati e parasubordinati era stato previsto con il passaggio, originariamente previsto per il 2017 (art. 15 del d.lgs. n. 151/2015), alla modalità telematica di tenuta del libro unico del lavoro che i datori e i committenti sono obbligati a compilare; ma tale modalità è stata eliminata dall'art. 3 del d.l. n. 135/2018.

Sono intuitive le potenzialità di tali architetture informatiche nella salvaguardia dell'effettività della contribuzione previdenziale obbligatoria e nel recupero coattivo. Tant'è che Inps, Inail e Agenzia delle entrate sono chiamati per legge a condividere in via telematica con il nuovo Ispettorato nazionale tutti i dati archiviati utili alla programmazione e allo svolgimento dell'attività di vigilanza, anche «al fine di orientare l'azione ispettiva» nei confronti delle imprese «che evidenzino fattori di rischio sul piano del lavoro irregolare ovvero della evasione od omissione contributiva», oltre che per la difesa in giudizio e la gestione del contenzioso¹⁷.

3. La posizione giuridica individuale (non di interesse legittimo bensì) di diritto soggettivo.

Nei confronti dell'ente previdenziale, il lavoratore, in quanto sottoposto all'attività amministrativa dell'ente stesso, potrebbe, a prima vista, apparire titolare di un mero interesse legittimo, ossia nella condizione di soggezione che è tipica del diritto pubblico. Tuttavia, nella gestione delle posizioni contributive dei lavoratori, gli atti e i comportamenti dell'amministrazione non sono espressione di scelte discrezionali adottate nel perseguimento dell'interesse pubblico. Sono, invece, comportamenti ed atti dovuti e vincolati per legge nel loro contenuto. In materia previdenziale il lavoratore vanta diritti soggettivi¹⁸.

Ciò vale non solo per l'ammissione alle prestazioni previdenziali e alla loro materiale erogazione da parte dell'ente; bensì deve ritenersi valevole anche per l'interesse che il lavoratore vanta all'aggiornamento della contabilità dei contributi versati per ciascun rapporto lavorativo. Il lavoratore vanta un interesse all'esatto e aggiornato conteggio dei contributi versati da parte di ogni suo datore e committente per ciascun rapporto lavorativo: tale interesse genera non una semplice pretesa di legittimità della discrezionale attività amministrativa, bensì appunto una

¹⁷ D.lgs. n. 149/2015, art. 11, comma 5. La programmazione congiunta dell'attività di vigilanza, da parte del nuovo Ispettorato nazionale e dell'Inps, è stata avviata nella primavera del 2017, come emerge dalla nota di coordinamento dello stesso Inl del 13 aprile 2017, prot. 120/2017/ris, in *Bollettino Adapt* 18 aprile 2017, n. 15. Sulla recente riforma v. RAUSEI P., *La regia unica della vigilanza all'Ispettorato nazionale del lavoro*, in *Lav. Giur.*, 2016, 5 ss. A séguito di plurimi interventi normativi, l'apparato di vigilanza lavoristica è invero in profonda evoluzione da oltre un decennio: v. FIENGO G., *Azioni di contrasto al lavoro sommerso e vigilanza amministrativa*, in *Riv. Giur. Lav.*, 2012, I, 314 ss.; PIZZOFERRATO A., *Il contrasto al lavoro sommerso tra diritto comunitario e diritto interno: linee di tendenza e possibili sviluppi*, in GUALMINI E., PIZZOFERRATO A., VERGARI S., *Vigilanza sul lavoro: la riforma del sistema tra difesa della legalità e tutela dell'impresa*, Cedam, Padova, 2005, 30 ss.

¹⁸ Se ne dimostra consapevole anche il legislatore, ad esempio ogni volta che esclude dalla delegificazione le regole applicabili dagli enti previdenziali per i procedimenti aventi «ad oggetto diritti soggettivi»: così l'art. 14 comma 1 del d.lgs. n. 38/2000, a proposito della tutela infortunistica.

precisa prerogativa di ogni lavoratore. La pretesa all'esattezza dei propri dati contributivi giacenti negli archivi previdenziali è, in sostanza, un diritto soggettivo pieno.

Ciò significa, nel più intuitivo senso, che il lavoratore ha diritto al tempestivo riconoscimento della contribuzione che è stata versata a suo favore. Implica, inoltre, che egli ha diritto a che tale contribuzione venga accreditata in maniera rispondente alle effettive caratteristiche del lavoro svolto. Nonché ha diritto che non venga accreditata, nemmeno temporaneamente, altra contribuzione in realtà non spettante. L'affidabile gestione di questo enorme ammontare d'informazioni è una delle funzioni più importanti delle amministrazioni previdenziali¹⁹. I maggiori problemi si riscontrano in talune gestioni dei dipendenti pubblici, in relazione a cui nel 2019 è intervenuta una sorta di moratoria legale delle scadenze contributive a carico delle amministrazioni datrici²⁰.

Rientra di certo tra i diritti soggettivi nascenti dalla posizione contributiva l'esattezza dei dati contributivi che vengono formalmente comunicati al lavoratore su sua richiesta o su iniziativa dell'ente nei casi previsti dalla legge²¹. L'Inps ha attuato il menzionato art. 54, l. n. 88/1989²², mediante il cosiddetto «estratto conto certificativo»²³. Quest'ultimo è un documento analitico della posizione assicurativa, che viene rilasciato dalle sedi territoriali dell'ente su richiesta dei lavoratori, il quale con valore espressamente certificativo riporta la sommatoria della copertura contributiva complessiva risultante negli archivi contributivi.

¹⁹ Presso i diversi enti previdenziali, è approntata apposita modulistica per le istanze di rettifica: ad esempio presso l'Inps v'è il mod. eco2 93/ctr "Richiesta di aggiornamento dell'estratto conto"; per i dipendenti pubblici tale funzione prende la denominazione di di r.v.p.a., ossia richiesta (sempre telematica) di variazione della propria posizione assicurativa.

²⁰ Cfr. l'art. 19 del d.l. n. 4/2019, al cui proposito si rinvia a CASALE D., *La diversità di ratio della prescrizione dei contributi nel privato e nel pubblico, confermata dal D.L. n. 4/2019*, in *Lav. Giur.*, 2019, 551 ss.

²¹ In questa materia, la p.a. adotta non provvedimenti discrezionali bensì atti amministrativi c.d. paritetici: figura nota in giurisprudenza seppur non frequentemente menzionata in maniera esplicita: v. ad es. T.a.r. Puglia, Sez. III, 25 novembre 2011, n. 1796, in *Foro Amm. Tar.*, 2011, 3622, e, in ambito previdenziale, Cass. 14 luglio 1988, n. 4625, in *Foro It. Rep.*, 1988, *Previdenza sociale* [5150], n. 863. Per una ricostruzione di questa figura v. QUARTULLI A., *Atti autoritativi e atti paritetici: validità di una distinzione*, in AA.VV., *Studi per il centocinquantesimo del Consiglio di Stato*, vol. III, Istituto poligrafico dello Stato, Roma, 1981, 1518 ss.; *amplius* LOLLI A., *L'atto amministrativo nell'ordinamento democratico*, Giuffrè, Milano, 2000, *passim* spec. 77 ss. e 191 ss.; per un quadro aggiornato delle problematiche emerse in dottrina alla luce della più recente evoluzione della legislazione pubblicistica, v. VILLATA R., RAMAJOLI M., *Il provvedimento amministrativo*, Giappichelli, Torino, 2017, 16 ss.

²² L. n. 88/1989, art. 54, comma 1: «È fatto obbligo agli agenti previdenziali di comunicare, a richiesta esclusiva dell'interessato o di chi ne sia da questi legalmente delegato o ne abbia diritto ai sensi di legge, i dati richiesti relativi alla propria situazione previdenziale e pensionistica. La comunicazione da parte degli enti ha valore certificativo della situazione in essa descritta». Tale disposizione è ritenuta espressione di una regola di correttezza valida anche per le casse professionali privatizzate: in riferimento a quella degli architetti v. Cass. 1° marzo 2012, n. 3195, in *Foro It. On Line*.

²³ L'«Estratto conto certificativo» (denominato EcoCert nel gergo amministrativo) talora è detto invece «Comunicazione certificativa del conto assicurativo».

La strutturazione di una procedura apposita per la comunicazione di un estratto conto “certificativo” avrebbe forse l’intento di evitare che venga ritenuto vincolante per l’ente l’estratto conto ordinario ed ogni altra forma di comunicazione da parte dell’Inps stesso. Ciò, però, non può significare che le altre forme di comunicazione siano prive di valore²⁴.

4. Il legittimo affidamento del cittadino e la responsabilità della p.a. per informazioni erranee.

Non deve essere sottovalutato il ruolo assegnato dalla legge agli enti previdenziali come gestori non solo delle prestazioni pensionistiche ma anche della fase di accumulo contributivo durante la vita lavorativa di ciascuno. Peraltro tale accumulo è del tutto virtuale, perlomeno in riguardo all’Inps, trattandosi di sistema finanziato a ripartizione. Sicché il vero ‘patrimonio’ del lavoratore risiede appunto nella corretta configurazione amministrativa della sua posizione contributiva.

Secondo l’orientamento preferibile della Cassazione²⁵, ad esempio, è legittimo l’affidamento del lavoratore sull’estratto conto contributivo rilasciato dall’ente, ancorché in data risalente e senza sottoscrizione di un funzionario che ne attesti la provenienza. In quanto «riproduzione di un documento elettronico» fa «piena prova della corrispondenza tra i dati in esso riportati e le registrazioni risultanti dagli archivi elettronici» dell’ente. Sicché quest’ultimo è responsabile del danno²⁶ subito dall’assicurato che, ad esempio, si sia dimesso

²⁴ Così invece le restrittive Cass. 30 marzo 2010, n. 7683, e Cass. 3 febbraio 2012, n. 1660, la quale esclude il rilievo di richieste di meri pareri sulla disciplina giuridica previdenziale: nel caso, l’erronea informazione riguardava la allora (solo) parziale cumulabilità della pensione di anzianità coi redditi di lavoro autonomo; sulla necessità di specifica domanda dell’interessato o di soggetto abilitato dalla legge ad avanzarla v. inoltre Cass. 1 febbraio 2018, n. 2498 (che comunque tiene conto di alcune peculiarità processuali di qualificazione dell’originaria domanda attorea); v. pure Cass. 15 novembre 2016, n. 23282, parimenti reperibile in *Leggi d’Italia On Line*, secondo cui la responsabilità della p.a. sorge solo nel caso di specifica domanda, senza che rilevi in tal senso la domanda volta esclusivamente al conseguimento della prestazione. Alquanto restrittiva è anche Cass. 25 maggio 2015, n. 10713, che ha negato il risarcimento a un lavoratore che era stato erroneamente informato sul numero di contributi necessari al pensionamento, operando conseguenti scelte lavorative e di contribuzione volontaria non reversibili.

²⁵ Per una panoramica giurisprudenziale, v. AVOGARO M., *Comunicazioni degli enti previdenziali errate e profili di responsabilità*, in *Lav. Giur.*, 2019, 99 ss.

²⁶ Per la non sottoposizione dell’azione di danno ai termini di decadenza che si sarebbero applicati alla prestazione che è mancata, v. Cass. 6 giugno 2008, n. 15083, in *Orient. Giur. Lav.*, 2008, I, 470, ove si puntualizza che è «vero che, come paventato dalla Corte di Appello, in tal modo si finisce per reintrodurre a titolo di risarcimento del danno il contenuto di domande di prestazioni colpite da preclusione o decadenza: ma questa precisamente è la portata della norma, la quale tende ad apprestare un rimedio risarcitorio a situazioni di obiettiva ingiustizia, pur precluse» in via amministrativa. Merita anche segnalare che esiste qualche precedente della S.C. in favore della risarcibilità pure del danno non patrimoniale, dovuto a mala gestione dell’amministrazione previdenziale: v. Cass. 10 febbraio 2010, n. 3023, riguardante una condotta contraria a pronunciamenti giurisdizionali da parte della Cassa dei geometri, in *Leggi d’Italia On Line*. Sulla complessa configurazione del danno non patrimoniale, in particolare sul recente slittamento da una concezione bipartita ad una tripartita che distingue il danno morale, si rinvia da ultimo a Cass. civ., sez. III, 17 gennaio 2018, n. 901, e Cass. civ., sez. III, 27 marzo 2018, n. 7513, in *Foro It. On Line*.

anticipatamente confidando in una pensione per la quale in realtà non aveva ancora maturato i requisiti²⁷.

Benché in passato siano stati nutriti dubbi²⁸, trattasi di responsabilità *lato sensu* contrattuale, *recte* da inadempimento di obbligazioni, in quanto innestata su un rapporto pregresso tra cittadino ed ente, con i conseguenti effetti di riparto degli oneri probatori. Non è quindi necessario dimostrare una colpa dell'ente²⁹, in quanto è quest'ultimo onerato della prova dell'inevitabilità del proprio inadempimento³⁰. Resta ferma la riducibilità dell'importo del danno in applicazione dell'art. 1227, comma 2, c.c.³¹, qualora la condotta dell'assicurato, valutabile dal giudice del merito, non sia stata improntata al principio di doverosa cooperazione del creditore per evitarne l'aggravamento.

²⁷ Cfr. Cass. 2 maggio 2016, n. 8604, in *Foro It.*, 2016, I, 3570, con nota di FERRARI M., *Sull'applicabilità dell'art. 1227, 2° comma, c.c. nella determinazione del danno da errata comunicazione della posizione contributiva*, e (m) in *Riv. Giur. Lav.*, 2016, II, 563, con commento di GAROFALO C., *I confini del legittimo affidamento di fronte agli errori commessi dall'Inps*. In senso analogo, con nitida motivazione, Cass. 3 ottobre 2017, n. 23050, in *Leggi d'Italia On Line*, relativa ad erronei dati contributivi scritti su carta intestata dell'ente (da un funzionario non identificato) in occasione di una richiesta d'informazioni da parte del lavoratore. In precedenza v. ad es. Cass. 17 dicembre 2003, n. 19340, in *Inf. Prev.*, 2004, 92, riferita a dati contributivi contenuti parimenti non in un estratto conto certificativo, ma in un precedente provvedimento di rigetto di pensione anticipata.

²⁸ Relativamente a vicende anteriori all'art. 54 della l. n. 88/1989, nel senso della responsabilità contrattuale v. Cass. 11 giugno 1992, n. 7197, in *Giur. It.*, 1995, I, 1, 359, con nota di PAGLIANTINI S., *In materia di obblighi di informazione*. Invece per l'impostazione ermeneutica incentrata sulla responsabilità extracontrattuale, v. ad es. Cass. 16 aprile 1994, n. 3635, in *Giust. Civ.*, 1995, I, 217, con nota di MARZANO S., *Osservazioni in tema di risarcimento del danno al lavoratore*.

²⁹ In tal senso, sul riparto degli oneri probatori derivante dalla natura contrattuale (o, meglio, da inadempimento di obbligazioni) della responsabilità dell'Inps, v., oltre alla più recente giurisprudenza sopra richiamata, Cass. 22 maggio 2001, n. 6995 (relativa ad un errore amministrativo causato da omonimia), in *Riv. Giur. Lav.*, 2002, II, 386; Cass. 19 maggio 2001, n. 6867 (che applica una nozione elastica di irricognoscibilità dell'errore da parte del lavoratore), in *Leggi d'Italia On Line*; Cass. 8 aprile 2002, n. 5002, con nota di PARISE N., *Informazioni errate fornite dall'Inps e diritto al risarcimento degli assicurati*, in *Mass. Giur. Lav.*, 2002, 598; nonché pur sinteticamente Cass. 18 novembre 2000, n. 14953, in *Foro It. On Line*. Sull'eziologia giurisprudenziale di tale orientamento risalente all'inizio degli anni Novanta, v. VIANELLO R., *Errata comunicazione di dati assicurativi: responsabilità dell'Inps*, in *Lav. Giur.*, 1995, 124 ss. Trattasi peraltro d'applicazione settoriale della pronuncia di riferimento in tema di riparto degli oneri probatori, ossia la ben nota Cass., Sez. Un., 30 ottobre 2001, n. 13533, con nota di LAGHEZZA P., *Inadempimenti ed onere della prova: le Sezioni unite e la difficile arte del rammendo*, in *Foro It.*, 2002, I, 769.

³⁰ Su questo importante punto v. soprattutto Cass. 10 novembre 2008, n. 26925, che cassa la sentenza di merito che aveva assecondato le giustificazioni dell'Inps relative a un malfunzionamento della memoria magnetica, «senza accertare, sulla base della prova a carico del debitore interessato, se l'autore dell'errore di registrazione magnetica o del falso corrispondente fosse un dipendente dell'Inps o un terzo, tenendo conto del fatto che le registrazioni sono operate direttamente dall'Inps a mezzo dei propri dipendenti e comunque senza verificare se tale ente avesse adottato le misure idonee ad evitare intrusioni nell'archivio magnetico, come gli era imposto dalla norma del codice citata, in quanto gestore e custode dello stesso», nonché senza accertare se nel comunicare all'assicurato i dati relativi alla sua posizione contributiva, l'Inps avesse verificato, in esecuzione dei doveri di normale diligenza che su di esso incombevano, la corrispondenza dei dati risultanti dall'archivio magnetico rispetto alla documentazione di sostegno. Invece, condivisibilmente accolta da Cass. 17 aprile 2014, n. 8972, in *Foro It. On Line*, è l'eccezione dell'Inps facente leva sull'esplicita avvertenza così formulata: «...se ha bisogno di verificare il raggiungimento dei requisiti per la pensione deve rivolgersi agli uffici dell'I.N.P.S. o ad un Ente di patronato...», nonché «questo estratto non ha valore certificativo».

³¹ Cfr. l'ampia motivazione di Cass. 19 settembre 2013, n. 21454, in *Leggi d'Italia On Line*.

L'idea che le comunicazioni al cittadino debbano essere affidabili, in qualunque forma (sempreché scritta) offerte dall'amministrazione previdenziale, fu subito argomentata³² e deve essere riaffermata alla luce dell'importanza assunta dal canale informativo tecnologico negli ultimi due decenni. La differenza tra l'estratto conto certificativo e le altre forme di comunicazione dell'ente deve rinvenirsi nel semplice fatto che solo nel primo caso all'ente è precluso dimostrare che il proprio errore fosse riconoscibile da parte del lavoratore con l'ordinaria diligenza³³. Anche le altre forme valgono e quindi responsabilizzano l'ente.

Un valore (non solo di principio) di prova pare potersi assegnare anche ai dati trasmessi *on line* a séguito di interrogazione dei siti *web* ufficiali di ciascun ente previdenziale, che sono accessibili con le credenziali personali di ogni lavoratore. Sicché, non solo deve essere esatta la contabilità contributiva detenuta dall'ente previdenziale, ma anche la sua rappresentazione attraverso gli strumenti informativi apprestati dall'ente medesimo. I contenuti del casellario previdenziale e delle altre banche dati pubbliche sono atti ricognitivi dichiarativi. Deve potersi assegnare a questi dati un carattere di affidabilità tale che possono essere sempre esibiti contro l'ente previdenziale, il quale è tenuto a garantirne l'esattezza.

Può, invero, reputarsi che l'ente non sia tenuto a garantirne anche la costante completezza. È difatti esperienza comune il fatto che i dati contributivi compaiano in archivio a distanza di tempo dal versamento della contribuzione: alla verifica esaustiva della posizione è finalizzato l'estratto conto certificativo emanato a séguito di apposita istanza³⁴. Per contro,

³² VIANELLO R., *L'informazione in materia previdenziale: spunti ricostruttivi e vicende patologiche*, in *Riv. Giur. Lav.*, 1997, I, 92-97, cui si rinvia in merito ai possibili criteri di quantificazione del danno nelle diverse fattispecie di erronea comunicazione dell'amministrazione previdenziale (pag. 98-108); distinzioni meno articolate suole invece fare la giurisprudenza, che tende a riconoscere un importo base equivalente alla (porzione di) prestazione pensionistica mancata: critico in proposito CAPURSO P., *Correttezza e diligenza nel rapporto previdenziale*, in *Riv. Giur. Lav.*, 2014, II, 143-144.

³³ BOER P., *Responsabilità dell'ente per errate comunicazioni all'assicurato*, in *Riv. Giur. Lav.*, 2002, II, 391.

³⁴ Non è, comunque, da trascurare la compressione delle posizioni individuali creata dalle non rare riqualificazioni d'ufficio decise dall'Inps solo alla vigilia della pensione. Soprattutto nei confronti dei dirigenti che durante la vita lavorativa abbiano cumulato cariche amministrative in società, talora l'Inps nega il trattamento pensionistico e decide la restituzione dei contributi sulla base della ritenuta natura autonoma del rapporto lavorativo: il punto critico è che ciò avviene solo al raggiungimento dell'età pensionabile, dopo che per anni sono stati versati contributi, sovente in perfetta buona fede da parte del dirigente e del suo datore. Dette riqualificazioni d'ufficio da parte dell'Inps sono di notevole impatto economico sulle posizioni individuali accumulate, anche perché la restituzione dei contributi viene disposta senza adeguato computo, peraltro solo dalla domanda giudiziale, degli interessi su somme che furono versate perfino decenni prima: per un caso recente di restituzione coatta dei contributi, confermata in sede di legittimità, v. Cass. 22 dicembre 2016, n. 26818, in *Leggi d'Italia On Line*. Per un quadro delle problematiche di cumulabilità del rapporto subordinato con cariche societarie, sia consentito rinviare a CASALE D., *Il rapporto di lavoro del dirigente d'impresa nella giurisprudenza*, in *Quaderni Dir. Lav. Relazioni Ind.*, 2009, n. 31, 294-297. A proposito dei ricorsi amministrativi sulla qualificazione dei rapporti di lavoro, dopo le novità introdotte dall'art. 11 del d.lgs. n. 149/2015, v. il messaggio Inps 5 luglio 2016, n. 2799.

non pare tollerabile che nell'archivio telematico possano essere caricati dati erronei: l'ente è incolpevole solo qualora l'erroneità dipenda da terzi e in particolare dal datore³⁵.

La tutela del legittimo affidamento del cittadino è immanente in tutti i rapporti pubblicistici e costituisce uno dei fondamenti dello Stato di diritto, ponendosi come pur parziale limite all'attività legislativa³⁶ ed ancor più a quella amministrativa. È pacifico che ciò valga in generale riguardo all'attività impositiva pubblicistica³⁷; e pare indubbio in riferimento particolare alle posizioni giuridiche soggettive di cui all'art. 38, comma 2, Cost.³⁸.

Viceversa, tali dati confezionati dall'ente non possono avere carattere vincolante contro il lavoratore³⁹, il quale può aggiungere ulteriori elementi conoscitivi per ottenere variazioni d'archivio, con suo onere della prova dei sottostanti fatti. Ai fini dell'applicazione del diritto all'automaticità delle prestazioni d'i.v.s. ex art. 2116 c.c., la legge dispone che ciascun periodo

³⁵ Cfr. la questione, a quanto consta del tutto nuova, decisa da Cass. 30 agosto 2016, n. 17417, in *Foro It.*, 2017, I, 235, che nella specie ha cassato e rigettato nel merito, stabilendo, in tema di indebito previdenziale, che non sussiste l'errore imputabile all'ente erogatore, ai fini dell'applicazione dell'art. 13, comma 1, l. n. 412/1991, qualora la liquidazione della pensione sia avvenuta sulla base dei dati contributivi trasmessi dal datore, giacché non è configurabile un onere dell'ente previdenziale di sottoporre a verifica tali dati prima di procedere all'erogazione della prestazione.

³⁶ Per la messa a punto concettuale dei termini di questa problematica, si rinvia all'approfondimento monografico di OCCHINO A., *L'aspettativa di diritto nei rapporti di lavoro e previdenziali*, Giappichelli, Torino, 2004, 62 ss.

³⁷ Per un'applicazione in materia tributaria, v. Cass. 17 aprile 2013, n. 9308, in *Foro It. On Line*. Cfr. l'art. 10, comma 2, dello Statuto dei diritti del contribuente di cui alla l. n. 212/2000, in base al quale i rapporti tra contribuente e amministrazione finanziaria sono improntati al principio della collaborazione e della buona fede (comma 1); e comunque non possono essere irrogate sanzioni né richiesti interessi moratori al contribuente, qualora il contribuente si sia conformato a indicazioni contenute in atti dell'amministrazione finanziaria, ancorché successivamente modificate dall'amministrazione medesima, o qualora il suo comportamento risulti posto in essere a séguito di fatti direttamente conseguenti a ritardi, omissioni od errori dell'amministrazione stessa (comma 2).

³⁸ Tutt'altro discorso riguarda invece l'affidamento che il cittadino riponga nella correttezza dell'operato dell'amministrazione previdenziale ai fini del mantenimento, per il futuro, di un trattamento pensionistico che si sia rivelato indebito. Cfr. Corte cost. ord. 23 giugno 2017, n. 148, in *Riv. Dir. Sic. Soc.*, 2018, 578, con nota di CASSAR S., *Criteri di rettifica del trattamento pensionistico e di recupero dell'indebito: il monito della Corte a sostegno dei fragili equilibri del sistema*, che ha dichiarato l'inammissibilità della questione di costituzionalità della disciplina che, a differenza di quanto previsto per i pensionati del settore privato, consente all'Inps per i pensionati pubblici solo ipotesi tassative di correzione della liquidazione dei trattamenti, da effettuare entro termini definiti: la Corte ha ritenuto che non fosse accoglibile l'idea su cui si era basato il giudice rimettente, secondo cui doveva esservi una pura e semplice estensione delle regole generali alla gestione ex-Inpdap; tuttavia la stessa ordinanza ha espresso un forte monito affinché il legislatore intervenga sulla predetta normativa speciale, a cui è sotteso un poco ragionevole concetto di legittimo affidamento, non contemperato con le istanze di giustizia distributiva e di contenimento del cristallizzato perpetuarsi di esborsi pubblici privi di fondamento sostanziale.

Sulla estensione della giurisdizione esclusiva della Corte dei conti in materia di pensioni dei pubblici dipendenti anche alla speciale rivalsa dell'ente d'appartenenza del dipendente nei confronti di quest'ultimo, nel caso in cui l'ente stesso sia tenuto a rifondere all'Inps quanto indebitamente corrisposto per un trattamento pensionistico erroneamente liquidato a causa d'inesattezza (non imputabile a dolo dell'assicurato) dei dati comunicati dall'ente datore, v. Corte conti, sez. giur. reg. Molise, 19 luglio 2017, n. 42, (m) in *Riv. Giur. Molise*, 2017, fasc. 3, 73.

³⁹ Va applicata ai rapporti con l'ente previdenziale la logica, propria della confessione stragiudiziale, che è pacificamente valida nei rapporti con il datore: es. Cass. 30 gennaio 2017, n. 2239, in *www.dirittolavorovariations.com*, la quale conferma che i prospetti paga fanno piena prova dei debiti ma non dei crediti del datore.

lavorativo riconosciuto «deve risultare da documenti o prove certe»⁴⁰; tale disposizione però non va sopravvalutata, in quanto il lavoratore deve ritenersi abilitato a dimostrare con ogni mezzo i periodi lavorativi, ferma restando la libera valutabilità da parte del giudice delle prove, soprattutto quelle testimoniali.

In occasione di talune riforme che hanno innalzato i requisiti anagrafico-contributivi per la pensione, il legislatore ha introdotto, per i lavoratori che avevano già raggiunto i requisiti previdenti, la facoltà addirittura di domandare all'ente previdenziale di appartenenza la certificazione del vero e proprio diritto alla pensione raggiunto. Tale facoltà ha, però, una funzione diversa, giacché è strumentale al sereno esercizio della scelta di non domandare la pensione e rimanere al lavoro: siffatte disposizioni offrono agli aventi diritto una rassicurazione⁴¹, benché solo psicologica⁴². L'intento del legislatore è evitare che costoro scelgano l'esodo pensionistico nonostante sarebbero interessati a permanere al lavoro qualche altro anno (sempreché con il consenso del loro datore, qualora siano raggiunti i requisiti del trattamento di vecchiaia⁴³). Siffatte "certificazioni" del diritto a pensione esulano dunque dalle questioni qui trattate, salvo il fatto che la loro stessa previsione normativa conferma l'importanza che per i lavoratori riveste, secondo il legislatore medesimo, l'affidabilità delle loro prospettive previdenziali.

Le funzioni del menzionato casellario nazionale delle posizioni previdenziali e degli altri archivi telematici menzionati, in quanto riconosciute a livello di fonte primaria, vengono

⁴⁰ Così l'ultimo periodo dell'art. 27, comma 2, del r.d.l. n. 636/1939, modificato nel 1969 e nel 1972.

⁴¹ Ciò è avvenuto ad es. con l'art. 24, comma 3, della riforma Fornero di cui al d.l. n. 201/2011, per il lavoratore che aveva maturato «entro il 31 dicembre 2011 i requisiti di età e di anzianità contributiva, previsti dalla normativa vigente, prima della data di entrata in vigore» della riforma medesima. Cfr. la circolare Inps n. 37/2012, che per le modalità di rilascio del predetto certificato rinvia alla circolare Inpdap n. 44/2005 riguardante l'analoga facoltà già disposta dall'art. 1 comma 3 della l. n. 243/2004: come sottolinea questa antecedente circolare, la facoltà di ottenere la certificazione dei requisiti maturati era strumentale al fatto che «i lavoratori possono liberamente esercitare il diritto alla prestazione pensionistica in qualsiasi momento successivo alla data di maturazione dei requisiti, a prescindere da qualsiasi modifica della normativa previdenziale».

⁴² Una tale disposizione di legge conferisce al lavoratore una sicurezza «meramente psicologica», come sottolineano CINELLI M., SANDULLI P., *Riflessioni sul disegno di legge delega n. 2145 in materia previdenziale*, in *Riv. Dir. Sic. Soc.*, 2002, 509. Fermo restando il sindacato di legittimità costituzionale in termini di ragionevolezza, infatti, il diritto al pensionamento certificato in base a tale norma di legge non può avere forza di resistenza rispetto ad una legge successiva. Come inoltre rileva OCCHINO A., *La certificazione dei diritti pensionistici nella legge delega n. 243/2004*, in *Prev. Ass. Pubbl. Priv.*, 2004, 1218, una tale certificazione non garantisce anche l'entità del trattamento pensionistico.

⁴³ Questo delicato punto è stato chiarito (invero discostandosi rispetto all'apparente formulazione legale) da Cass., Sez. Un., 4 settembre 2015, n. 17589, con nota di PICCININNO S., *Flessibilità dell'età pensionabile e prosecuzione del rapporto di lavoro dopo la riforma delle pensioni*, in *Arg. Dir. Lav.*, 2015, 1272, e con nota di CANAVESI G., *Le Sezioni unite cancellano (di fatto) la prosecuzione del lavoro fino a settant'anni*, in *Giur. It.*, 2016, 430, sentenza secondo la quale la disposizione dell'art. 24, comma 4, del d.l. n. 201/2011 «non attribuisce al lavoratore il diritto potestativo di proseguire nel rapporto di lavoro fino al raggiungimento del settantesimo anno di età, in quanto la norma non crea alcun automatismo ma solo prefigura la formulazione di condizioni previdenziali che costituiscano incentivo alla prosecuzione dello stesso rapporto» sempreché sussista consenso del datore.

confermate come diritti soggettivi, per la parte in cui interessano i cittadini. Non solo i diritti a prestazione, ma anche i diritti informativi qui in discorso sono funzionali alla soddisfazione del complesso di interessi, pubblici e privati, che giustificano l'esistenza del sistema previdenziale. I diritti a prestazione sono funzionali all'immediata soddisfazione dei bisogni sociali. Al medesimo scopo, benché in maniera meno diretta, sono funzionali i diritti informativi e le connesse pretese di rettifica esercitabili nei confronti degli enti previdenziali da parte di ciascun lavoratore. Servono infatti a permettere il sereno esercizio delle proprie scelte di vita lavorativa sulla base di prospettive attendibili; sono inoltre funzionali all'interessata vigilanza individuale del lavoratore sul versamento dei contributi previdenziali e, quindi, a favorire la correttezza e tempestività di tale versamento, nonché la sua regolarizzazione spontanea o coattiva ove necessario⁴⁴.

In ultima analisi, tali diritti informativi risultano funzionali non solo all'interesse del lavoratore, ma anche alla sostenibilità finanziaria del sistema previdenziale (oltre che alla sua equità sul piano della concorrenza tra imprenditori, la quale viene falsata dall'evasione contributiva).

5. Il diritto all'esatta configurazione amministrativa della posizione contributiva: dalle marche di antica memoria all'account telematico individuale unico.

Nel passato, le diverse gestioni facenti capo all'ampia galassia degli enti previdenziali non comunicavano adeguatamente tra loro. Da quando tuttavia esiste il casellario unificato delle posizioni previdenziali, sul piano informativo la posizione previdenziale risulta unica, seppur composita in base ai diversi tipi di contribuzione accreditata eventualmente presso diversi enti.

Con l'avanzare dei progetti d'informatizzazione omogenea delle pubbliche amministrazioni, peraltro ogni lavoratore ed anzi ogni cittadino probabilmente potrà presto usufruire di un'unica interfaccia telematica valida per tutti gli enti. Già in questi anni è comunque avviata la diffusione dell'identità digitale universale di ogni cittadino nei rapporti con le pubbliche amministrazioni italiane, ossia il cosiddetto Spid⁴⁵. Oltretutto, trattandosi d'iniziativa basata su una disciplina uniforme dell'Unione europea⁴⁶, nella misura in cui gli altri

⁴⁴ CASALE D., *La sollecitudine del lavoratore rispetto all'integrità della sua posizione contributiva: un delicato equilibrio normativo tra tutele e autoresponsabilità*, in *Resp. Civ. Prev.*, 2019, in corso di pubb.

⁴⁵ A seguito del completamento della procedura di notifica dello SPID da parte dall'Agenzia per l'Italia Digitale con la pubblicazione in *Gazz. Uff. dell'UE*, C318 e C344 del 2018, l'identità digitale SPID può essere usata a decorrere dal 10 settembre 2019 per l'accesso ai servizi in rete di tutte le pubbliche amministrazioni dell'Unione.

⁴⁶ Regolamento UE n. 910/2014, in materia di identificazione elettronica e servizi fiduciari per le transazioni elettroniche nel mercato interno, c.d. regolamento "eIDAS", acronimo di *electronic IDentification, Authentication and trust Services*.

enti previdenziali pubblici nell'UE gradualmente s'adegueranno, potrà risultare in pratica configurabile una sorta di posizione contributiva unica europea per i lavoratori che hanno svolto periodi di attività in Paesi membri diversi.

Il mero fatto che l'estratto contributivo raffiguri in maniera completa ed esatta la contribuzione versata implica un beneficio per il lavoratore: costui ottiene così conferma della fondatezza del suo affidamento sulla contribuzione accreditata a suo favore. Senza che sia qui necessario indagare se detta tranquillità individuale derivante dal formale riconoscimento degli accrediti contributivi sia di per sé una vera e propria "prestazione" previdenziale⁴⁷, pare sufficiente prendere atto che tale tranquillità è un bene della vita che il lavoratore ha interesse e legittimazione a difendere anche in giudizio.

Si potrebbe forse dire che l'insieme delle facoltà sintetizzabili nella nozione di posizione contributiva assolve, in maniera ben più efficiente soprattutto a séguito dell'informatizzazione, ad una funzione per certi versi simile a quella che avevano il libretto assicurativo e la tessera previdenziale di antica memoria⁴⁸, mediante i quali il lavoratore riceveva conferma materiale della regolarità previdenziale dell'instaurazione del suo rapporto lavorativo e, con l'apposizione delle marche, della regolare contribuzione pagata dal datore. Non a caso, l'introduzione di un sistema di versamento più evoluto⁴⁹ implicò la previsione dell'obbligo datoriale di consegnare al lavoratore un estratto conto annuale contenente l'indicazione degli importi versati⁵⁰.

⁴⁷ Nel diverso contesto di allora, propendeva per negare che un generico effetto di sicurezza per il lavoratore fosse una vera e propria prestazione PERSIANI M., *Il sistema giuridico della previdenza sociale*, ristampa anastatica nel cinquantennale con saggio introduttivo, Cedam, Padova, 1960-2010, 255 ss., il quale argomentava dal fatto che un diritto soggettivo sussiste solo se tutelabile in giudizio (ed in effetti detto orientamento giurisprudenziale s'è affermato solo negli ultimi decenni, prima dei quali peraltro non era ancora sopravvenuta la normativa sui diritti individuali di consultazione dei propri dati contributivi presenti negli archivi pubblici).

⁴⁸ Si rinvia a ROSSI F.P., *Rapporto di lavoro subordinato e rapporto giuridico previdenziale*, Giuffrè, Milano, 1968, 125 ss., e FALCUCCI G., NATOLI A., PAPA P., *I soggetti tenuti al pagamento dei contributi previdenziali e gli obblighi accessori o strumentali*, in BUSSI B., PERSIANI M., *Trattato di previdenza sociale*, I, *Il regime generale dell'invalidità, vecchiaia e superstiti*, Cedam, Padova, 1974, 507 ss.

⁴⁹ D.m. 5 febbraio 1969 del Ministero del lavoro, Nuovo sistema di versamento dei contributi Inps per la rilevazione della misura della retribuzione ai fini del calcolo delle pensioni e la semplificazione del versamento dei contributi Inps, Inam ed Inail, in *Gazz. Uff.*, 13 marzo 1969, n. 67.

⁵⁰ In base all'art. 38, commi 2-4, della l. n. 153/1969, il datore era obbligato entro il 31 marzo di ogni anno a consegnare al lavoratore un estratto conto contenente l'indicazione della retribuzione corrisposta e dei relativi importi versati nell'anno precedente all'Inps a favore del lavoratore stesso, con l'indicazione distinta di quanto trattenuto sulla retribuzione e di quanto versato a proprio carico. L'estratto-conto doveva inoltre essere consegnato al lavoratore alla fine del rapporto di lavoro nel caso di durata inferiore ad un anno. L'omissione o l'inesattezza dell'estratto contributivo era punita con un'ammenda. Successivamente, sull'obbligo datoriale (sanzionato solo in via amministrativa a séguito della depenalizzazione da parte dell'art. 35 della l. n. 689/1981) di consegnare al lavoratore le denunce contributive periodiche entro il marzo di ogni anno, v. l'art. 4 del d.l. n. 352/1978, convertito con l. n. 467/1978; nonché v. l'art. 30 della l. n. 843/1978 per l'obbligo datoriale di consegnare all'ente previdenziale le denunce contributive, sanzionato in via amministrativa. Sulla sola parziale diversità di funzione di questi due adempimenti informativi, v. Cass. 4 marzo 1998, n. 2360 (ai fini della regolarità dei rapporti lavorativi, nella specie, richiesta per la fiscalizzazione degli oneri sociali), in *Leggi d'Italia On Line*.

Soprattutto quando, in passato, non esistevano gli strumenti tecnologici attuali che consentono di consultare agevolmente gli archivi contributivi pubblici, l'attestazione da parte del datore era lo strumento più immediato d'asseverazione della regolarità contributiva, seppur non affidabile quanto la fonte ufficiale pubblica. Nella fase attuale, l'attestazione datoriale è in via di completo superamento, giacché la tecnologia ha permesso di unire rapidità ed affidabilità in capo al sistema informativo pubblico.

Nei confronti dell'amministrazione previdenziale il lavoratore può trovarsi ad agire soprattutto in due ipotesi. In primo luogo, può agire quando non risulti (correttamente) riconosciuta una contribuzione che però è stata regolarmente versata. Trattasi del più basilare corollario del diritto alla esatta figurazione amministrativa della posizione contributiva. In secondo luogo, il lavoratore può chiedere al giudice il riconoscimento dell'automaticità *ex art. 2116, comma 1, c.c.*, che gli sia stata negata in via amministrativa. Come noto⁵¹, egli ha diritto alla copertura contributiva per periodi provati come lavorati per i quali la contribuzione sia stata omessa, sempreché non sia prescritta oppure derivi da una vicenda d'insolvenza datoriale che rende irrilevante il limite di prescrizione dei contributi. Come afferma la Cassazione, in tal caso la sussistenza dell'interesse ad agire «è assicurata dalla contestazione dell'ente in ordine alla computabilità dei contributi» medesimi⁵².

Nel complesso, appare indubitabile che l'avvento del fattore tecnologico debba essere valutato assai positivamente, poiché non solo riduce i costi amministrativi ed agevola la fruizione dei diritti individuali riconosciuti, ma pure permette una più rapida emersione delle situazioni contributive patologiche. Queste ultime, sia quando dovute a inadempienze datoriali sia quando causate appunto da irregolare gestione amministrativa, possono così venir sovente affrontate in una ridotta tempistica che rende i rimedi assai più agevoli e soddisfattivi. Nel futuro, le brutte sorprese a carico dei lavoratori giunti alla vigilia della pensione potrebbero diventare solo un ricordo del passato cartaceo e analogico.

⁵¹ Si rinvia a CASALE D., *L'automaticità delle prestazioni previdenziali. Tutele, responsabilità e limiti*, Collana del Seminario Giuridico dell'Università di Bologna, Bononia University Press, Bologna, 2017, spec. 198 ss.

⁵² Cass. 4 maggio 2002, n. 6409, in *Leggi d'Italia On Line*.